



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO
ESPUMOSO/RS

PROTOCOLO
Data: 14/03/2025 09:51:54
Processo: 972/2025
Tatiana Angélica Nicolodi CPF: 026.431.720-35  Viso

REQUERIMENTO

Requerente: GAFF- O GRUPO DE ATLETAS FUTSAL FEMININO DE ESPU. CCP: 91485

CPF/CNPJ: 48.968.304/0001-73

Telefone:

E-Mail: gaffespemoso@gmail.com

Endereço: AV DUQUE DE CAXIAS

Bairro: CENTRO

Cidade: ESPUMOSO

Identidade:

Celular: (54)99979-1616

Número: 310

CEP:99.400-000

Estado: RS

Setor Destino:

Assunto: PLANO DE TRABALHO

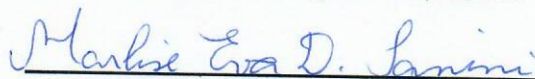
Descrição do Assunto:

SOLICITO ANALISE DE PLANO DE TRABALHO DA GAFF- O Grupo de atletas de Futsal Feminino Espumoso/RS, SEGUE DOCUMENTOS EM ANEXO.

N. Termos

P. Deferimento

ESPUMOSO/RS, 14 de março de 2025



GAFF- O GRUPO DE ATLETAS FUTSAL FEMININO DE ESPUMOSO/RS
48.968.304/0001-73

Endereço Online:

Código de Verificação: XF93-289S

ESTATUTO SOCIAL
GRUPO DE ATLETAS FUTSAL FEMININO ESPUMOSO/RS



CAPÍTULO I

Do Grupo e seus afins

Art. 1º – O GRUPO DE ATLETAS FUTSAL FEMININO ESPUMOSO/RS, fundada em 29 de novembro de 2021, no município de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul, onde tem sua sede foro na Rua Santa Maria, s/n, bairro Franciosi, CEP 99400-000, inscrito no CNPJ sob nº 48.968.304/0001-73, é um grupo de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político e/ou partidário, composto de número ilimitado de sócios sem distinção de nacionalidade, sexo, religião ou cor, tendo por objetivos e finalidades:

I – Promover e difundir a prática do futsal em todas as categorias, podendo se filiar a entidades esportivas municipais, estaduais, nacionais e internacionais, e representar o Grupo, o município de Espumoso/RS e os patrocinadores em campeonatos, torneios ou demais competições organizadas por essas entidades;

II – Oferecer treinamentos com técnicas de iniciação e orientação que visam o aprendizado e o aperfeiçoamento na prática do futsal, ensinando seus princípios básicos, regras e fundamentos;

III – Colocar em primeiro plano o desenvolvimento psicomotor, físico e social das atletas através de uma equipe de profissionais qualificados;

IV – Promover a participação das atletas, juntamente com a família, focando nos princípios: respeito ao próximo, companheirismo, responsabilidade, compromisso, espírito de equipe, valorização do ser e união;

V – Elaborar projetos e celebrar convênios com o poder público;

VI – Criar e manter centros ou cursos de treinamento visando a formação de novos atletas;

VII – Desenvolver ações recreativas e esportivas visando a integração do Grupo, com todos os seguimentos da sociedade;

VIII – Estabelecer relações com associações congêneres.

Parágrafo Único – O desporto praticado pelo grupo será de caráter recreativo, educacional, amador e profissional.

Art. 2º – O Grupo de Atletas Futsal Feminino Espumoso/RS observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência em todos os atos políticos, administrativos, patrimoniais e financeiros necessários ao desenvolvimento de suas finalidades.

CAPÍTULO II

Dos associados, suas categorias, deveres, direitos e penalidades

Art. 5º – O Grupo compõe-se das seguintes categorias de associados:

I – Beneméritos;

II – Honorários;

III – Contribuintes.

Art. 6º – Será benemérito, título concedido pela Assembleia Geral, o associado que o merecer, por serviços de alta relevância prestados ao Grupo ou por donativos avultados.

Parágrafo Único – O associado benemérito ficará isento de pagamento da mensalidade.

Art. 7º – Será associado honorário, qualquer cidadão, alheio ao Grupo, que tenha prestado serviços excepcionais ao desporto geral, a juízo da Assembleia Geral.

Parágrafo Único – O associado honorário deverá pagar a mensalidade no valor estipulado pela Diretoria através de ato interno.

Art. 8º – Será associado contribuinte aquele que pagar a mensalidade no valor estipulado pela Diretoria através de ato interno.

Parágrafo Único – Somente terão direito a votar e serem votados, nas Assembleias Gerais, os associados maiores de 16 anos quites com a tesouraria.

Art. 9º – A admissão de novos associados será feita mediante o preenchimento da ficha de inscrição de associado com o secretário do Grupo, a qual apresentará à Diretoria para sua aprovação, e devendo o interessado:

I – Apresentar o RG e CPF, e no caso de menor de 18 anos, autorização dos pais ou do seu responsável legal;

II – Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;

III – Ter idoneidade moral e reputação ilibada;

IV – Caso seja associado honorário ou contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as mensalidades.

Parágrafo Único – A ficha de inscrição de associado deverá contar com a assinatura e nome do proposto, idade, estado civil, nacionalidade, sexo, profissão, endereço e assinatura do sócio proponente.



VIII – Solicitar sua exclusão de associado, quando julgar necessário, mediante pedido protocolado junto a Secretaria do Grupo, desde que não esteja em débitos com a tesouraria.



Art. 12º – As penalidades aos associados serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

I – Advertência por escrito;

II – Suspensão de 30 (trinta) dias até 1 (um) ano;

III – Exclusão do quadro de associado do Grupo.

Art. 13º – A exclusão da qualidade de associado será determinada pela Diretoria, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito de ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

I – Violação do presente estatuto, especialmente no que tange ao art. 10;

II – Difamação ou ruína do Grupo, de seus membros ou a discórdia de seus associados;

III – Atividades contrárias às decisões da Assembleia Geral;

IV – Extravio ou demolição de qualquer objeto ou utensílio do Grupo e uma vez provada a sua culpa, recusar-se ao pagamento do bem arbitrado pela Diretoria;

V – Desvio dos bons costumes;

VI – Prática de atos ilícitos ou imorais;

VII – Condenação judicial por crimes contra a honra, a vida e a propriedade;

VIII – Falta de pagamento, por parte dos associados honorários ou contribuintes, de 3 (três) parcelas consecutivas da mensalidade.

Parágrafo 1º – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo 2º – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, e a apresentação de defesa, será decidida em reunião extraordinária da Diretoria, por maioria simples de votos dos diretores presentes.

Parágrafo 3º – O associado excluído nos termos deste artigo, poderá recorrer à Assembleia Geral.

Parágrafo 4º – O recurso será interposto por petição fundamentada e encaminhada a Diretoria no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da comunicação da exclusão, que o incluirá na ordem do dia da primeira Assembleia Geral subsequente.



IX – Cumprir e fazer cumprir as leis, o presente estatuto, regulamentos e decisões das entidades superiores;

X – Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

Art. 19º – A Assembleia Geral realizar-se-á:

I – Ordinariamente:

§ 1º – A cada 1 (um) ano, na primeira quinzena de dezembro, para aprovar a programação anual, tomar conhecimento e deliberar sobre o relatório de prestação de contas e a previsão orçamentária, pareceres do Conselho Fiscal, e quando for o caso, para eleição e posse dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

I – Extraordinariamente:

§ 1º – Para deliberar os demais assuntos, quando convocada pelo Presidente, pela maioria dos membros da Diretoria.

Art. 20º – A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital publicado nas redes sociais e afixado na sede do Grupo, devendo constar o local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou.

Parágrafo Único – O edital deverá ser publicado com 15 (quinze) dias de antecedência, a primeira chamada será o horário fixado na convocação e a segunda chamada após 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 21º – A Assembleia Geral instalar-se-á:

I – Em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados com direito a voto (50% + 1);

II – Em segunda convocação, com qualquer número, não exigindo a lei quórum especial.

§ 1º – As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º – Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da Diretoria e Conselho Fiscal e o julgamento dos atos da Diretoria quanto à aplicação de penalidades.

§ 3º – Os membros da Diretoria só poderão ser destituídos por voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações sociais, ou, com 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.



Parágrafo Único – O mandato da diretoria será de 2 (dois) anos, iniciando a posse no dia da eleição, e vedada a reeleição.

Art. 26º – Qualquer membro da Diretoria será destituído do cargo, quando, após regular procedimento disciplinar, ficar comprovada as seguintes justas causas:

I – Aquele que, uma vez eleito, nomeado e notificado, não entrar em exercício dentro de 7 (sete) dias, contados da data do aviso, salvo motivo justificado;

II – Pelo desleixo, irresponsabilidade, menos caso ou incompetência nas funções de que estiver investido;

III – Por apreciações menos honrosas a qualquer de seus pares;

IV – Por desvio de dinheiro e/ou outros bens do Grupo, sujeitando-se, ainda, nesses casos e verificada a má fé, a processo civil;

V – Grave violação deste estatuto, regulamentos ou regimentos internos, contrariando os interesses e as finalidades do Grupo;

VI – Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce no Grupo.

Parágrafo 1º – Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será cientificado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente a sua defesa prévia à Diretoria, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação.

Parágrafo 2º – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, onde será garantido o amplo direito de defesa.

Art. 27º – Compete à Diretoria:

I – Definir a política de gestão do Grupo, necessária para a realização das finalidades referidas no art. 1º deste estatuto;

II – Traçar planos, fazer propostas e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Grupo;

III – Decidir sobre a admissão, advertência, suspensão e demissão de sócios;

IV – Administrar o Grupo de acordo com o presente estatuto, regimentos internos, leis e regulamentos de entidades superiores;

V – Criar e modificar, quando necessário, os regulamentos internos do Grupo;

VI – Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.968.304/0001-73 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/12/2022
NOME EMPRESARIAL O GRUPO DE ATLETAS FUTSAL FEMININO ESPUMOSO/RS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R DUQUE DE CAXIAS	NÚMERO 310	COMPLEMENTO *****
CEP 99.400-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ESPUMOSO
UF RS		
ENDEREÇO ELETRÔNICO GAFFESPUMOSO@GMAIL.COM		TELEFONE (54) 9979-1616
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/09/2024
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **23/04/2025** às **09:26:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: O GRUPO DE ATLETAS FUTSAL FEMININO ESPUMOSO/RS
CNPJ: 48.968.304/0001-73

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:55:38 do dia 18/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/04/2025.

Código de controle da certidão: **8E43.5C49.7104.F057**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

CNPJ: 48.968.304/0001-73

Certificamos que, aos **12 dias do mês de MARÇO do ano de 2025**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Observações: Nada Consta

O nome do titular do CPF/CNPJ não consta nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda. Se necessário, solicite documento de identificação.

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 10/5/2025

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **33739542**
Autenticação: **44075646**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE O MUNICÍPIO DE
ESPUMOSO - RS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE ESTABELECIMENTO Nº 12884/2025

Nome: GAFF- O GRUPO DE ATLETAS FUTSAL FEMININO DE
ESPUMOSO/RS
CNPJ/CPF: 48.968.304/0001-73 Código Estab.: 43235
Endereço: AV DUQUE DE CAXIAS Número: 310
Bairro: CENTRO CEP: 99400-000
Cidade: ESPUMOSO UF: RS
Inscrição Estadual:
Inscrição Municipal: 43235

Sócios

Nome

PEDRO LUIS HAAS

CPF/CNPJ

001.972.760-75

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, e para os devidos fins que, revendo o banco de dados desta Prefeitura Municipal, dele constatei que o estabelecimento acima mencionado, NADA DEVE até a presente data à Fazenda Municipal no que refere-se à Tributos e Contribuições Municipais.

RESSALVO o Direito à Fazenda Municipal de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados posteriormente, de responsabilidade do contribuinte acima identificado.

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: **sim.digifred.net.br/espumoso**

Publicada dia 12/03/2025 às 09:50 horas.

A validade da presente Certidão é até 11/04/2025.

Código de Verificação: **KT5J-TE2M**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: O GRUPO DE ATLETAS FUTSAL FEMININO ESPUMOSO/RS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 48.968.304/0001-73

Certidão nº: 22420753/2025

Expedição: 23/04/2025, às 09:28:12

Validade: 20/10/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que O GRUPO DE ATLETAS FUTSAL FEMININO ESPUMOSO/RS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 48.968.304/0001-73, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO	
Data: 14/03/2025	Processo: 972/2025
PROTOCOLO	

Prova de R\$ 18.000,00
ano 2025. 10 parcelas.

Luis Eduardo Helder
SECRETARIO GERAL DE
GOVERNO
Portaria nº 27.061/2025